



Euler Hermes

Perfil de Cobrança Brasil

Cobrando no Brasil

- O comportamento das empresas brasileiras em relação ao pagamento é aceitável, embora os termos de pagamento padrão sejam muito variados e o DSO permaneça alto.
- Dada a duração e o custo dos processos judiciais no Brasil, as chances de obter julgamentos executáveis em tempo hábil são baixas e é preferível considerar acordos amigáveis e métodos especializados de cobrança de dívidas como meios para evitar os tribunais brasileiros.
- Quando se trata de devedores insolventes, o uso dos mecanismos de recuperação de empresas está aumentando; na prática, no entanto, as chances de recuperar a dívida permanecem extremamente baixas.

Complexidade da cobrança



Complexidade relativa aos

	Notável	Grave
Pagamentos	\$ \$ \$ \$	
Processos judiciais	⚖ ⚖ ⚖ ⚖	
Processos de insolvência	↘ ↘ ↘ ↘	



Índice

Informações Gerais	3
Disponibilidade de informações financeiras	3
Principais estruturas empresariais.....	3
Ambiente regulatório.....	3
Recebendo Pagamentos	4
Days Sales Outstanding (DSO).....	4
Juros de mora.....	4
Custos da cobrança de dívidas.....	4
Proteção à propriedade	4
Pagamentos.....	4
Cobrando Dívidas Vencidas	5
Acordo amigável.....	5
Processo judicial	5
Alternativas ao processo judicial	6
Lidando com Devedores Insolventes	8
Processos de insolvência.....	8



Informações gerais

Disponibilidade de informações financeiras

Informações financeiras relevantes sobre comerciantes brasileiros não são confiáveis. Na verdade, embora os grupos listados na bolsa de valores tendam a dar informações confiáveis, as empresas não listadas (que são o tipo de negócio mais comum no Brasil) não conseguem fazer o mesmo ou tendem a divulgar informações de maneira informal. Como resultado, o esforço é cada vez maior para evitar práticas duvidosas, especialmente com relação ao combate à corrupção. É aconselhável tomar como base bancos locais consolidados e obter informações financeiras através de prestadores de serviços especializados.

A Euler Hermes no Brasil tem acesso às informações financeiras mais atualizadas e obtém os contatos mais relevantes para futuras avaliações. A Euler Hermes atribui a cada empresa uma nota que reflete sua saúde financeira e como ela conduz seus negócios. As notas representam o núcleo de nossos conhecimentos e análises e ajudam os clientes a identificar e evitar riscos. Os dados são monitorados continuamente para oferecer as informações mais atualizadas para apoiar decisões de gestão.

Principais estruturas empresariais

A responsabilidade por dívidas empresariais é determinada por estruturas legais que se descrevem da seguinte forma: Sociedades (Sociedade Anônima, S.A.) e Sociedades Limitadas (Limitadas, LTDA) são utilizadas frequentemente no estabelecimento de subsidiárias e joint ventures. Ambas podem pertencer integralmente a indivíduos e empresas locais/estrangeiros, e, embora não haja requisitos mínimos de capital, certas limitações podem ser aplicadas em setores protegidos. As Limitadas exigem pelo menos dois acionistas (caso contrário, LLCs individuais podem ser constituídas). Além disso, as Sociedades de Economia Mista permitem que investidores privados conduzam os negócios em colaboração com entidades públicas (que assumem o controle).

Ambiente regulatório

O Brasil é dividido em 26 estados e tem um ambiente jurídico peculiar que opera nas esferas federal e estadual. Na esfera federal, os tribunais (Tribunais Regionais Federais) geralmente lidam com reivindicações internacionais que envolvem autoridades públicas e têm uma jurisdição geográfica (Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife). Na esfera estadual, considerando que cada estado tem suas próprias leis e seu próprio sistema judicial, os tribunais lidam com todos os assuntos excluídos da jurisdição federal. Os casos em primeira instância são examinados por um Juiz de Paz, mas, em geral, disputas comerciais são resolvidas por juízes especializados. Os tribunais federais (Tribunais de Justiça) analisam os recursos. Além das dificuldades na resolução de questões de jurisdição, os tribunais também devem trabalhar com os sistemas jurídicos romano-germânico e a Common Law, ambos utilizados no Brasil: no sistema romano-germânico, os juízes devem seguir normas codificadas (mas, na prática, a codificação não é sistemática); no entanto, ao contrário do que se vê no sistema Common Law, eles não são vinculados por precedentes. Como resultado, o ambiente jurídico é bastante complexo e os litígios podem acabar se tornando extremamente longos e difíceis, o que não ajuda a responder as várias críticas em relação à falta de independência e confiabilidade do Judiciário.



Days Sales Outstanding (DSO): O DSO médio é de cerca de 70 dias, enquanto o tempo de resposta médio aos prazos de pagamento é de 50 a 60 dias.



Recebendo Pagamentos

Days Sales Outstanding (DSO)

O comportamento das empresas brasileiras em relação ao pagamento de dívidas permanece aceitável, mas está sob pressão devido às dificuldades macroeconômicas que ocorrem desde 2014.

Embora os órgãos regulatórios do Brasil tenham tentado regular os atrasos nos pagamentos, ainda é provável que eles ocorram, a menos que as transações tenham garantia: o DSO médio é de cerca de 70 dias, enquanto o tempo de resposta médio aos prazos de pagamento é de 50 a 60 dias (30 dias no varejo e nos setores de distribuição, 210 dias no setor agrícola). Pode-se observar que o banco de dados SERASA está disponível para todas as empresas e fornece registros de pagadores em mora e incumprimento de pagamentos, dificultando o acesso de maus pagadores às novas linhas de crédito.

Juros de mora

Os juros de mora podem ser reivindicados a partir do dia seguinte à data de vencimento, mas a lei é bastante impotente quanto a esta questão. O Código Civil prevê uma taxa mensal padrão de 1% da dívida, mas, na prática, a regra é que as taxas de juros sempre devem ser acordadas contratualmente. Os comerciantes locais estão acostumados a pagar juros, mas, em geral, isso é considerado uma ferramenta de negociação para obter o pagamento mais rapidamente.

Custos da cobrança de dívidas

Os custos de cobrança podem ficar totalmente a cargo do devedor, embora a lei não forneça uma norma uniforme sobre um montante padrão a ser cobrado. Portanto, é importante que isso seja negociado contratualmente. Geralmente, os tribunais consideram que os custos devem representar até 20% da dívida pendente (especialmente na fase do processo legal), mas os montantes podem ser usados como ferramenta de negociação.

Proteção à propriedade

As disposições de Reserva de Domínio (nos termos dos artigos 521 a 528 do Código Civil), são comumente usadas no Brasil para preservar a propriedade sobre bens comercializados enquanto a dívida não for quitada integralmente. No entanto, apenas a Reserva de Domínio "simples" é considerada válida, o que implica que a proteção se restringe a bens disponíveis (ou seja, que ainda estão nas instalações do devedor) e identificáveis. Caso este requisito seja cumprido, é comum usar os acordos de Reserva de Domínio como uma ferramenta de barganha durante a fase anterior ao processo judicial, de modo a recuperar os bens quando o pagamento não ocorrer.

Uma vez iniciado o processo de insolvência, os credores podem apresentar queixa contra os bens do devedor e reclamar quaisquer bens que tenham entregues e não tenham sido pagos sob a Reserva de Domínio.

A disposição da Reserva de Domínio é bastante formal: o contrato deve descrever cuidadosamente os bens em jogo e, para ser válido e oponível a terceiros, deve ser traduzido para o português e registrado junto ao Registro Público de Títulos e Documentos. Deve-se contar com o aconselhamento jurídico.

Pagamentos

Os métodos de pagamentos mais comuns são os seguintes:

As transferências bancárias estão entre os métodos de pagamento mais



Juros de pagamento atrasados: Na prática, a regra determina que as taxas de juros devem sempre ser acordadas contratualmente.



populares já que são rápidas, garantidas e sustentadas por uma rede bancária cada vez mais desenvolvida, seja no âmbito nacional ou no internacional.

Transações de exportação podem ser garantidas com uma apólice de Seguro de Crédito de Exportação, que ajuda a minimizar o risco de insolvência súbita ou inesperada do cliente. A rede global de escritórios de risco da Euler Hermes monitora o bem-estar financeiro dos clientes e concede a eles um limite de crédito específico dentro do qual os clientes podem comercializar e reivindicar, caso algo dê errado. Alternativamente, Cartas de Crédito Standby (um banco garante a qualidade de crédito e as capacidades de reembolso do devedor) constituem garantias confiáveis que podem ser interpretadas como sinais de boa-fé, já que podem ser ativadas como "pagamento de último recurso" caso o cliente deixe de cumprir um compromisso contratual. Além disso, Cartas de Crédito Documentárias irrevogáveis e confirmadas (um devedor garante que uma certa quantia em dinheiro esteja disponível para um beneficiário através de um banco quando certos termos especificamente acordados pelas partes forem atingidos) podem ser consideradas, já que podem ser facilmente obtidas de bancos locais.

Letras de Câmbio e Notas Promissórias são usadas essencialmente em transações domésticas e constituem meios de pressão, já que constituem ordens de fácil execução isentando os credores da via judicial se a dívida não for paga. De fato, devido à tecnologia avançada usada no sistema bancário, a duplicata, que costumava ser usada em transações entre empresas, foi progressivamente substituída por boletos bancários. Em geral, garantias bancárias podem ser obtidas, mas continuam caras dependendo da instituição emissora. Pagamentos adiantados de até 100% do valor da fatura são autorizados por lei.

Cobrando dívidas vencidas

Acordo amigável

Negociação

Dada a duração e o custo de processos judiciais no Brasil, as chances de obter sentenças executáveis em pouco tempo são baixas e é preferível considerar soluções amigáveis (como pagamentos parcelados) como solução. Em termos legais, a negociação por meio de conciliação ou mediação não é obrigatória, mas o Código de Processo Civil encoraja fortemente que os tribunais deem às partes oportunidades adicionais de chegar a um acordo através de métodos de Resolução de Disputas Alternativa antes da apresentação de provas e antes da sentença (ver abaixo). Portanto, iniciar a cobrança com esforços robustos de negociação não é, jamais, uma perda de tempo.

Antes de iniciar procedimentos judiciais contra um devedor, a avaliação dos bens é extremamente importante, já que permite verificar se a empresa ainda está ativa e se as chances de recuperação são as melhores. Além disso, é essencial estar ciente do status de solvência do devedor: se os procedimentos de insolvência forem iniciados, torna-se de fato impossível executar uma dívida.

Processo judicial

Procedimentos ordinários

Deve-se observar primeiro que as distâncias podem ser problemáticas. Por um lado, a competência depende da localização geográfica do devedor e o tamanho do país pode complicar os procedimentos (no entanto, se o contrato dispõe outra cláusula de jurisdição, o problema pode ser evitado). Por outro lado, e pelo mesmo motivo, encontrar o devedor pode ser difícil e desacelerar os procedimentos, já que um julgamento só pode começar após a notificação judicial de um devedor.

O protesto deve então começar com uma Carta de Demanda registrada lembrando a obrigação do devedor de pagar o principal e os juros de pagamento atrasado (conforme contratualmente acordado ou usando uma taxa legal como referência).

Ações monitórias podem ser iniciadas quando o credor tiver uma prova escrita, assinada por duas testemunhas e autenticada por um tabelião público (os documentos devem ser traduzidos para o português por um tradutor público e legalizados perante o Consulado Brasileiro), de que a reivindicação é legítima: se a obrigação do devedor for considerada certa, líquida e exigível, os tribunais municipais (juízes de paz ou magistrados) geralmente emitem Ordens de Pagamento em 15 dias. Se o devedor deixar de cumpri-las em três dias, a Ordem torna-se executável. Se um recurso for impetrado, no entanto, o credor não terá escolha senão iniciar um processo judicial ordinário.

O processo judicial ordinário geralmente começaria quando a cobrança amigável falhasse. O demandante deve distribuir um despacho de citação registrado ao demandado, que deve responder em 15 dias a partir do recebimento. Esta etapa é essencial, já que os tribunais brasileiros são muito

estritos quanto à maneira como os réus devem ser convocados para processos judiciais.

Os processos são inquisitivos por natureza e incluem uma fase de investigação conduzida pelo tribunal, uma fase de inquirição e uma fase de oitiva. No entanto, o tribunal pode dar uma sentença à revelia se uma convocação devidamente feita não for respondida. Neste caso, a reivindicação seria considerada legítima e a sentença refletiria este fato.

Documentos necessários

- Faturas comerciais
- Contas documentais
- Prova de transporte e entrega dos produtos
- Notas promissórias
- Procuração
- Contrato social ou estatuto social da pessoa jurídica
- Documento comprovativo da legitimidade de quem executa a procuração em favor da entidade legal

Prescrição

O período de prescrição varia de um a dez anos de acordo com o assunto da reivindicação, começando no dia em que a causa da ação surgiu. Disputas comerciais devem ser o objeto de uma ação em três anos, mas questões relativas a cheques prescrevem em seis meses. Após esses períodos, a ação legal não será aceita.

Medidas cautelares

Medidas cautelares podem ajudar a preservar os interesses do credor antes da sentença transitar em um julgamento final e executório. De fato, tribunais podem conceder medidas cautelares ex parte (sem a presença de ambas as partes), antes do processo ou durante o mesmo, para evitar danos irreparáveis (preservação do status quo, proteção de direitos). A causa da emergência deve ser demonstrada (ônus da prova significativo) e o demandante geralmente deve depositar uma garantia em juízo correspondente aos custos (até 20% do valor reivindicado) para proteger o devedor de processos irresponsáveis. Quando for provável que as evidências desapareçam, os tribunais também podem preferir medidas cautelares visando preservar ou obter tais evidências.

Cobrança @ Euler Hermes

É sempre aconselhável tentar a cobrança antes de qualquer processo judicial para maximizar as chances de recuperação e evitar custos judiciais e atrasos. Nosso princípio basilar é cobrar junto ao devedor utilizando uma série de cartas, e-mails e telefonemas no idioma local do devedor. Nossa Rede de Cobrança Global de escritórios Euler Hermes e prestadores de serviço externos é especializada na cobrança e negociação profissional de dívidas comerciais, garantindo resultados positivos e retendo relações importantes com clientes. A Euler Hermes pode lidar com o processo complicado da cobrança desde a tentativa amigável, antes do processo judicial, até a sentença e a execução.

Impetrando um recurso

Via de regra, decisões proferidas na primeira instância por tribunais estaduais podem ser recorridas por apelação aos Tribunais de Justiça. Decisões proferidas após a apelação também podem ser disputadas perante o Superior Tribunal de Justiça em Brasília.

Executando decisões judiciais

Uma sentença torna-se executável assim que transita em julgado (ou seja, quando todas as oportunidades de recurso são esgotadas) e sentenças finais devem ser executadas automaticamente por tribunais brasileiros. Desde as reformas em 2005 e 2006, que visavam reduzir os períodos de execução, a penhora dos bens do devedor torna-se possível se este deixar de obedecer uma Ordem final em três dias. O instrumento da 'penhora online' também permite que qualquer valor disponível na conta do devedor seja congelado para a execução de uma sentença.

Na prática, a execução pode ser difícil, já que há meios limitados de rastrear bens no Brasil.

Quanto tempo pode durar uma ação na justiça?

Obter uma sentença à revelia pode levar entre oito e 18 meses, enquanto um procedimento judicial completo pode durar de dois a quatro anos, dependendo da complexidade do caso e da disponibilidade dos tribunais. Conforme mencionado anteriormente, a execução também pode ser um procedimento longo. Casos envolvendo partes estrangeiras não deveriam durar mais do que casos envolvendo somente partes brasileiras, mas alguns atrasos podem ser esperados se for necessário traduzir documentos.

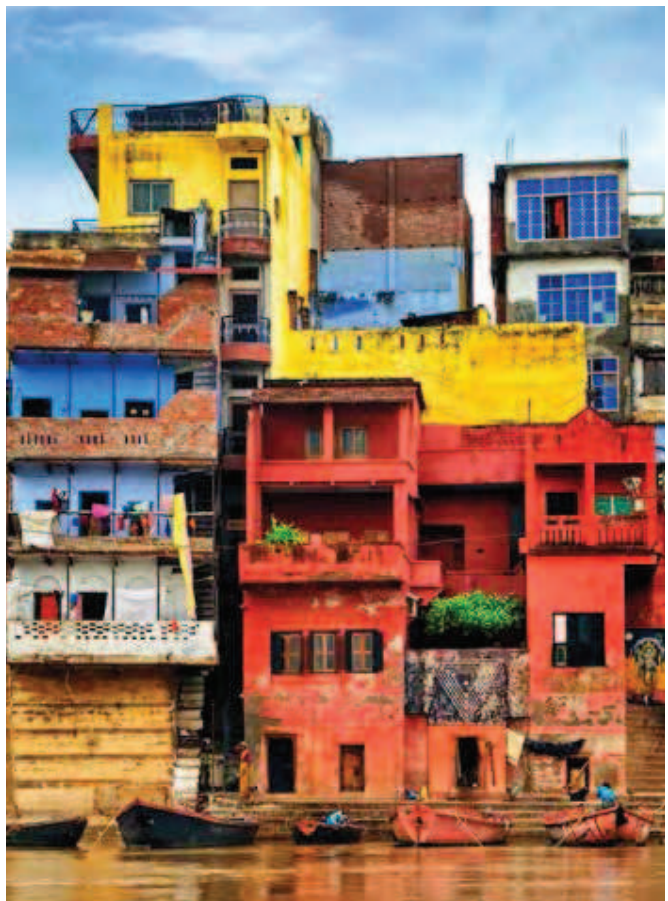
Quanto isto custaria?

Em geral, custos do procedimento (que podem representar até 5% do valor reivindicado) e custos legais são cobrados da parte derrotada, que pode então pagar até 20% do valor reivindicado em indenização para a parte vencedora. No entanto, uma vez que o direito brasileiro impede que os tribunais profiram decisões em assuntos que não estão incluídos nas reivindicações das partes, é essencial incluir demandas relativas ao custo na ação ao intimar o devedor. Honorários judiciais de até 1% do valor reivindicado (dependendo do estado) devem ser pagos antes do início do processo. Se o processo for julgado em benefício do credor, este valor deve ser reembolsado pelo devedor. Taxas de contingência, das quais os profissionais jurídicos têm o direito de receber uma porcentagem na sentença final, são legais – mas incomuns.

Alternativas a processos judiciais

Métodos de Resolução de Disputas Alternativa (ADR)

Métodos de Resolução de Disputas Alternativa são cada vez mais comuns no Brasil para disputas relativas a negócios. Especificamente, a arbitragem (regulada sob a Lei de Arbitragem, Lei N° 9307/96) costuma ser vista como mais eficiente do que processos judiciais normais, já que oferece procedimentos mais rápidos e confidenciais e uma sentença vinculante sobre o mérito. Sentenças arbitrais podem então ser executadas diretamente. Não há, porém, regulação da medição no Brasil.



Litígios @ Euler Hermes

Caso um processo judicial seja necessário, a Euler Hermes pode fornecer suporte durante o processo judicial, da sentença à execução, através da nossa Rede de Cobrança Global de escritórios Euler Hermes e prestadores de serviço externos. Processos judiciais podem ser complicados e custosos, então você será informado de todos os custos antes de qualquer ação e aconselhado quanto ao melhor caminho a ser tomado.

Jurisdições estrangeiras

Os comerciantes estrangeiros podem concordar em resolver suas disputas em uma jurisdição estrangeira (ou seja, sob lei estrangeira ou perante um tribunal estrangeiro) dado que o acordo seja caracterizado por uma conexão internacional (por exemplo, uma parte tem seu domicílio em outro país ou o local de execução encontra-se no estrangeiro), e que uma cláusula de jurisdição seja elaborada especialmente para estes fins.

Na prática, os tribunais brasileiros costumam deter competência exclusiva para decidir quanto a vários assuntos (como questões imobiliárias e contratos internacionais celebrados por entidades brasileiras do governo federal, estadual e municipal). Vale mencionar que alguns tribunais brasileiros insistiram no direito de brasileiros de se beneficiarem do devido processo legal (ou seja, o direito de comparecer perante tribunais brasileiros), não obstante a existência de uma cláusula de jurisdição estrangeira – que pode ser simplesmente ignorada.

Executando sentenças estrangeiras

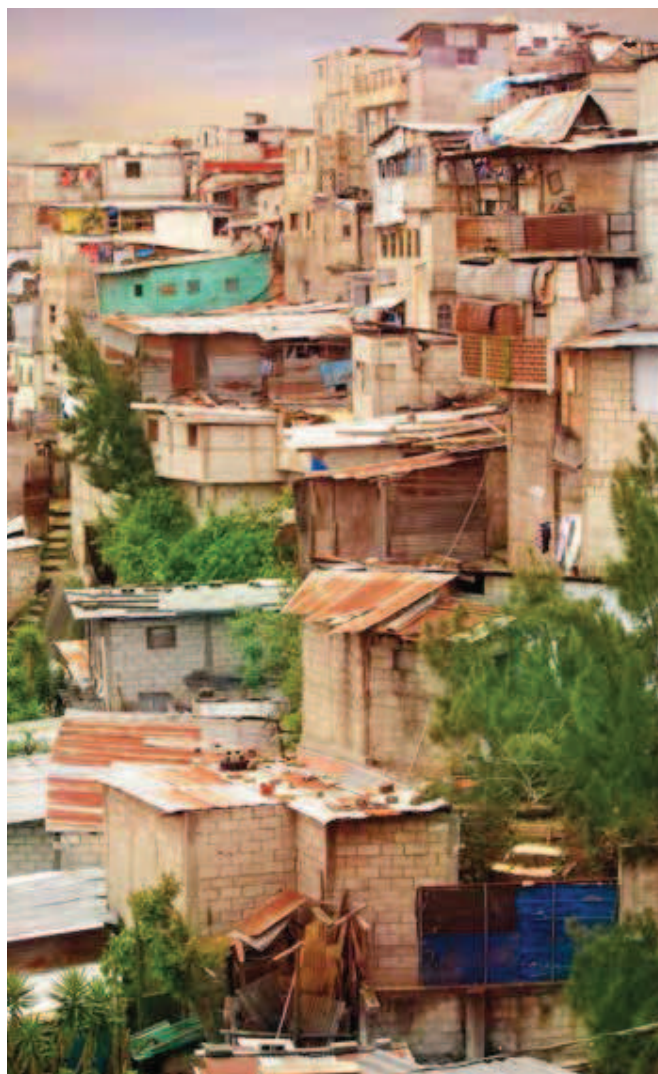
Conforme previamente explicado, os tribunais brasileiros costumam deter competência exclusiva sobre vários assuntos e costumam negar o reconhecimento de certas sentenças estrangeiras que resultariam na fuga dos tribunais brasileiros.

Ainda assim, sentenças estrangeiras podem ser executadas no Brasil em três meses, em média, dado que certas condições sejam observadas.

Essencialmente, decisões estrangeiras devem ser confirmadas pelo Superior Tribunal de Justiça para que sejam executáveis no Brasil. Isto implica que a decisão deve ter transitado em julgado e deve ser executável na jurisdição na qual foi emitida. A decisão também deve ser traduzida para o português e ser autenticada pelo cônsul brasileiro residindo em tal país. Ela deve ser devidamente distribuída e compatível com a política pública, soberania e princípios morais do Brasil.

Ao ser homologada, a sentença estrangeira transita em julgado e uma carta de sentença da decisão brasileira é fornecida para iniciar a execução perante os tribunais federais.

O Brasil é signatário da Convenção de Nova York sobre o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras de 1958. Portanto, tribunais brasileiros também devem reconhecer e executar decisões proferidas em procedimentos de arbitragem internacionais. Dito isso, devemos enfatizar que é raro referir-se à Convenção de Nova York, já que os tribunais tendem a defender decisões de execução relativas a sentenças arbitrais sob a Lei de Arbitragem de 1996, que estipula que tais decisões devem ser reconhecidas e executadas pelo Superior Tribunal de Justiça. Este procedimento, de fato, parece mais restritivo do que os procedimentos da Convenção de Nova York, dado que visa verificar a existência de um acordo de arbitragem válido (e traduzido), bem como várias formalidades (cujo exame não implica uma verificação em termos de mérito) conforme previamente listado. As execuções são, então, gerenciadas através de um processo padronizado e único por juízes especializados.



Lidando com devedores insolventes

Desde 2005, a legislação de insolvência inspirada pelo Capítulo 11 dos EUA (Lei Nº 111.101/05) facilitou os procedimentos de recuperação. Os credores foram priorizados, o que aumentou a disponibilidade de dinheiro para reestruturação para empresas enfrentando dificuldades financeiras temporárias. No entanto, na prática, as chances de recuperar dívidas quando o devedor se torna insolvente são extremamente baixas.

Processos de insolvência

Procedimentos extrajudiciais

A lei também permite procedimentos de recuperação extrajudiciais. Com eles, o devedor tem a chance de negociar um plano de recuperação de modo informal e confidencial com seus credores, sem ir aos tribunais. O plano deve ser aprovado por credores que representam no mínimo 60% das dívidas da empresa e deve ser aprovado pelo tribunal.

Reestruturando a dívida

A Recuperação Judicial visa preservar o negócio do devedor. Após a aceitação pelo tribunal da petição inicial de recuperação judicial apresentada pelo devedor, inicia-se um período automático de suspensão 180 dias protegendo o devedor de reivindicações externas. Os diretores da empresa costumam continuar com seus poderes de gestão e com a responsabilidade exclusiva de enviar, em 60 dias, um plano de reorganização para o Comitê de Credores sob a supervisão de um administrador judicial. Cada classe de credor (credor trabalhista, credor com garantia real e credor quirografário) deve então aceitar o plano para que seja homologado pelo tribunal. Sem essa aprovação, as partes podem passar a um procedimento de falência. Na prática, os procedimentos de falência reduziram em número desde que a lei de 2005 entrou em vigor.

Procedimentos de falência

A falência é o procedimento de liquidação judicial para um comerciante insolvente. A menos que o devedor faça o pedido de liquidação voluntariamente, os credores que possuam (individual ou conjuntamente) reivindicações equivalentes a quase 40 salários mínimos podem apresentar suas reivindicações ao tribunal. Se o pedido de liquidação for concedido, outros credores devem enviar suas respectivas reivindicações em 15 dias a partir da notificação pública do procedimento. Um administrador deve então formular uma lista de reivindicações admissíveis e iniciar a liquidação dos bens do devedor antes de distribuir os proventos entre os credores.

Regras de prioridade

As regras de prioridade normalmente se aplicam ao distribuir os proventos a credores. Em procedimentos de liquidação, as custas de administração judicial geralmente recebem a prioridade absoluta em relação aos credores com garantia real (como instituições financeiras e fornecedores de dinheiro fresco), que tipicamente receberiam os proventos dos bens leiloados do devedor antes dos funcionários (reivindicações trabalhistas de até 150 vezes o salário mínimo para cada credor e reivindicações resultantes de acidentes no trabalho), credores com garantia real até o valor da garantia, dívida fiscal federal, credores com privilégios especiais e gerais, credores quirografários



etc.

Em procedimentos de reorganização, reivindicações trabalhistas devem ser pagas em um ano a partir da aprovação do plano.

Cancelamento de transações suspeitas (clawback)

Além disso, o liquidante pode cancelar vários tipos de transações concluídas nos 90 dias anteriores ao procedimento de insolvência (Seção 129 da Lei). Tipicamente, acordos fraudulentos, pagamentos inadequados, vendas desproporcionais, transações visando favorecer um credor em detrimento dos outros, empréstimos injustos etc. seriam declarados nulos.

Quanto tempo os procedimentos de insolvência podem durar?

Procedimentos de insolvência duram cerca de cinco anos, mas podem estender-se por dez anos dependendo da complexidade do caso.

Documentos necessários

Todos os documentos de suporte de vendas originais, o valor do crédito e sua derivação.

Insolvência @ Euler Hermes

A Euler Hermes trabalha com devedores, credores e advogados para fornecer suporte durante processos de insolvência e recuperação.

Com várias opções disponíveis quando se trata de insolvência, podemos oferecer conselhos quanto à opção mais adequada.

Este Perfil de Cobrança é publicado pela Euler Hermes, empresa do grupo Allianz, somente para fins informativos. As informações aqui fornecidas não servirão como conselhos jurídicos ou de qualquer outro típico. Os leitores devem fazer sua própria avaliação independente destas informações e em nenhuma hipótese uma ação deve ser tomada somente dependendo delas. Por sua vez, conselhos jurídicos devem sempre ser obtidos junto a profissionais de direito. Embora estas informações tenham sido coletadas e elaboradas por especialistas reconhecidos em suas áreas e sejam consideradas corretas e confiáveis, a Euler Hermes não faz nenhuma garantia (expressa ou implícita) de qualquer tipo em relação à exatidão ou a completude desta informação, nem aceita qualquer responsabilidade por qualquer perda ou dano resultante de qualquer uso feito ou confiança depositada sobre estas informações. Este material não deve ser reproduzido ou divulgado sem o nosso consentimento. O material não deve ser distribuído em qualquer jurisdição na qual seria proibido e os Perfis de Cobrança são sujeitos a alterações sem aviso prévio.

© Copyright 2017 Euler Hermes. Todos os direitos reservados.

Euler Hermes, uma empresa do grupo Allianz, líder em soluções de seguro de crédito ajudando empresas a crescer com segurança em seu país e no estrangeiro, fornece serviços de cobrança de dívidas comerciais globais com capacidade ponta-a-ponta verdadeira. A Euler Hermes oferece serviços de cobrança de dívidas comerciais no âmbito doméstico e no internacional mundialmente. Através da nossa rede, usamos nossa experiência e conhecimento sobre mercados locais para garantir um serviço profissional para os nossos clientes, do momento anterior à ação legal ao momento durante os procedimentos legais.

Visite a Euler Hermes em www.eulerhermes.com